



Olhar do Planalto – Comprimido entre duas visões

30/10/13 11:15 | Sonia Filgueiras (sonia.filgueiras@brasileconomico.com.br)

Acusado pelos economistas de linhagem neoliberal de abandonar o tripé que conjuga a política de metas para a inflação, câmbio flutuante e superávit fiscal, o governo também sofre críticas dos chamados economistas heterodoxos, alinhados com o chamado pós-keynesianismo

Como se sabe, as duas linhas de pensamento divergem, entre outros aspectos, sobre o grau de intervenção do Estado na economia e sobre a capacidade de o mercado prover o crescimento econômico e o pleno emprego. Para o primeiro grupo, a intervenção excessiva do Estado e a expansão de gastos públicos inibem os investimentos privados, retardando o desenvolvimento econômico. Para o segundo, a política econômica e o Estado têm um papel indutor do crescimento e a política fiscal é um poderoso instrumento para estimular a demanda agregada.

Os economistas Luiz Fernando de Paula (professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), André de Melo Modenesi (professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Manoel Carlos de Castro Pires (técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) afirmam que, ao tentar combater os efeitos da crise do Euro sobre a economia brasileira, o governo subestimou seus impactos sobre nossa economia. Em consequência, deu uma resposta tardia, descoordenada, confusa, em intensidade menor que a necessária e a partir de instrumentos menos eficientes.

O grupo chegou a essas conclusões após examinar por quais motivos as políticas anticíclicas federais foram bem sucedidas para enfrentar o contágio da crise do Lehman Brothers, mas não evitaram o contágio no caso da crise europeia. As críticas estão no artigo "Tela do Contágio das Duas Crises e as Respostas da Política Econômica", que integra o dossiê "A Economia Brasileira na Encruzilhada", lançado pela Associação Keynesiana Brasileira no início do mês. O dossiê discute um problema que causa uma aflição coletiva: o medíocre desempenho da economia brasileira nos últimos anos, em especial do setor industrial.

Ao examinar a evolução das contas públicas ao longo das duas turbulências, os economistas apontam que "apenas no décimo mês após o início da crise (do Euro) verifica-se uma redução no superávit (primário), de magnitude bem inferior à ocorrida na crise anterior". Como genuínos keynesianos, Paula, Modenesi e Castro Pires afirmam que, em 2011, a expansão fiscal era tão justificada quanto foi em 2008. Mas ao dar ênfase nas desonerações fiscais, o governo lançou mão de um instrumento cujo efeito sobre a atividade econômica é menor em comparação a políticas de aumento das despesas.

Ao lidar com a crise do Lehman Brothers, o governo deu mais ênfase à elevação de gastos a partir de políticas como o aumento do salário mínimo, das transferências sociais e dos

investimentos públicos. No lado das desonerações, as ações foram "pontuais e temporárias". Já na crise do Euro, a resposta privilegiou as isenções fiscais, "muitas das quais sem efeito claro sobre a atividade econômica".

Para completar, afirmam os três, a ação fiscal do governo não foi comunicada aos agentes econômicos de forma adequada. Ao invés de insistir em uma meta de superávit primário que não conseguiria cumprir, teria sido melhor se, já em meados de 2012, o governo a revisasse de forma realística e justificasse a mudança como fez em 2009.

Apesar das críticas, André Modenesi vê uma mudança positiva na condução política econômica. Embora a taxa de juros se mantenha como instrumento de combate à inflação, parece haver mais preocupação com seus custos sociais ao frear a economia.

Para tentar contê-los, o governo vem utilizando um cardápio mais variado de instrumentos de combate à inflação, como "medidas macroprudenciais, desonerações fiscais (especialmente as de energia e cesta básica) de forma complementar à Selic". Segundo o economista, o crescimento "volta a ter lugar na agenda". Mas ainda não é possível saber se ela veio para ficar.

Custos sem benefícios

Dados estatísticos da Organização Mundial do Comércio apontam que as tarifas de importação brasileiras sobre produtos industrializados subiram três pontos percentuais desde 2004. O presidente da Associação de Comércio Exterior, José Augusto de Castro, diz que a elevação – uma tentativa do governo de compensar o câmbio valorizado – contribuiu para reforçar a "péssima imagem" brasileira de país protecionista, mas com poucos resultados práticos. "Basta olharmos o comportamento das importações.

No caso dos produtos manufaturados, o déficit na balança comercial deverá ultrapassar de US\$ 100 bilhões este ano, contra US\$ 94 bilhões em 2012", prevê Castro. "Foram elevações tarifárias para um pequeno grupo de produtos, realizadas sem critérios. Falta uma política de comércio exterior", dispara.

O lado bom do dólar em queda

Na avaliação do economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio, Carlos Thadeu de Freitas, o segundo semestre deste ano se encerrará como uma surpresa positiva, mas por fatores circunstanciais: a indefinição na política monetária norte-americana, combinada com o processo de elevação das taxas de juro domésticas, contribuiu para que o dólar cedesse (chegou à cotação média de R\$ 2,35 em agosto, e deve fechar o mês em R\$ 2,18).